

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 32/XIV/2.^a

Aos 10 dias do mês de fevereiro de 2021, pelas 10 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

10H00

(presencialmente e por videoconferência)

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Anúncio de projetos de voto que baixaram à Comissão;**
4. **Fixação da redação final, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, do texto final que regula as condições especiais em que a antecipação da morte medicamente assistida não é punível e procede à 50.ª alteração do Código Penal [Projetos de Lei n.ºs 4/XIV/1.ª (BE), 67/XIV/1.ª (PAN), 104/XIV/1.ª (PS), 168/XIV/1.ª (PEV) e 195/XIV/1.º (IL)];**
5. **Aprovação do Projeto de Voto de Saudação pelo Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina, apresentado pelos membros da Subcomissão para a Igualdade e não Discriminação, a apresentar à Mesa da AR para discussão e votação, como sendo da iniciativa da 1.ª Comissão, nos termos do n.º 9 do artigo 75.º do RAR;**
6. **Discussão e votação dos seguintes requerimentos:**
 - **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição do Ministro da Administração Interna sobre a nomeação da ex-diretora do SEF, Cristina Gatões, para assessorar a reestruturação do regime dos vistos Gold e sobre o processo de reestruturação do SEF;**
 - **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição da Inspectora-Geral da Administração Interna, com o objetivo conhecer a sua posição acerca dos critérios para o exercício da ação disciplinar no âmbito da PSP;**
7. **Distribuição e admissão da Petição n.º 188/XIV/2.ª - Admissibilidade dos licenciados em Solicitoria ingressarem na Ordem de Notários;**
8. **Apreciação do projeto de resposta da Comissão à solicitação do Senhor Presidente da Assembleia da República no sentido de se aferir da possibilidade e do modo em que se pode processar o envolvimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na resposta da Assembleia da República ao Tribunal Constitucional no processo de fiscalização da constitucionalidade da Lei n.º 1/2021, de 11.1 - Primeira alteração à Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional;**
9. **Outros assuntos.**

11H00

- **Audição, através de videoconferência, do Professor Francisco Castro Rego, na qualidade de Presidente do Observatório Técnico Independente, para análise, acompanhamento e avaliação dos incêndios florestais e rurais que ocorram no território nacional, sobre o balanço das atividades realizadas pelo Observatório, a requerimentos dos Grupos Parlamentares do PSD e do BE.**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 32/XIV/2.^a

Aberta a [reunião](#) pelo Senhor Presidente, Deputado Luís Marques Guedes, e antes do início da ordem do dia, foi dada a palavra ao Senhor Deputado José Magalhães (PS), a seu pedido.

O Senhor Deputado José Magalhães (PS) interveio para pedir diligências à mesa, designadamente que fosse elaborada pela Comissão uma comunicação dirigida ao Jornal Público como direito de resposta relativamente a uma notícia publicada por aquele jornal sobre a eventual incompatibilidade entre o cargo de Vice-Presidente da Ordem dos Advogados e membro do Conselho Superior do Ministério Público, a propósito de um candidato eleito, em 2019, pela Assembleia da República para aquele órgão, tendo concluído, a pedido do Senhor Presidente, que iria apresentar um requerimento para que fosse elaborado o referido direito de resposta. De igual modo, solicitou que fosse extraída parte do vídeo da audição regimental, ocorrida na véspera, da Senhora Ministra da Justiça, para eventual comunicação à Procuradoria Geral da República, por considerar que continha declarações relevantes no âmbito do processo de seleção do representante português para a Procuradoria Europeia.

O Senhor Presidente recordou que, se a Senhora Ministra relatou factos cuja regularidade era duvidosa, competia a esta, e não à Assembleia da República, reportar tais factos ao Ministério Público.

Sobre estas matérias, seguiram-se intervenções do Senhor Presidente, da Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD) e do Senhor Deputado José Magalhães, das quais se junta a [gravação áudio](#), que constitui parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

De seguida, passou-se à ordem do dia, procedendo-se à distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

PROJETOS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	COMUNICAÇÃO EM COMISSÃO	Consultas a promover
661/XIV/2. ^a (CH)	Altera a lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro (Aprova o novo regime jurídico das armas e suas munições)	03-02-2021	03-02-202	Deputado José Manuel Pureza (BE)	CSM, CSMP e OA

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 32/XIV/2.^a

662/XIV/2. ^a (CH)	Pela alteração ao anexo portaria n.º 933/2006, de 8 de setembro, alterada pela portaria n.º 256/2007, de 12 de março e pela portaria n.º 224/2017 de 24 de julho	04-02-2021	04-02-2021	Deputado José Manuel Pureza (BE)	CSM, CSMP e OA
665/XIV/2. ^a (PSD)	Autonomiza o crime de vacinação indevida, alterando o Decreto-Lei n.º 28/84, de 26 de junho, relativo às infrações antieconómicas e contra a saúde pública	04-02-2021	04-02-2021	Deputada Isabel Alves Moreira (PS)	CSM, CSMP e OA
666/XIV/2. ^a (PS)	Procede à 1.ª alteração à Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução do Regulamento Geral de Proteção de Dados, assegurando o acesso de estudantes de Medicina a sistemas de informação e a plataformas nos quais são registados dados de saúde dos utentes dos serviços de saúde Competente: 1.ª Comissão Conexão com a 9.ª Comissão	05-02-2021	05-02-2021	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)	CSMP, CSM, OA e CNPD
671/XIV/2. ^a (CH)	Cria um art.º 150-A ao Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março (Código Penal, na sua última versão, com a alteração da Lei n.º 58/2020 de 31 de agosto) (aditamento de novo artigo ao Código Penal: “desvio indevido de recursos médico-cirúrgicos”)	08-02-2021	08-02-2021	Deputada Isabel Alves Moreira (PS)	CSM, CSMP e OA
672/XIV/2. ^a (Ninsc)	Reforça a liberdade e autodeterminação sexual criminalizando a divulgação não consentida de fotografias ou vídeos que contenham nudez ou acto sexual	08-02-2021	08-02-2021	Deputada Cláudia Santos (PS)	CSM, CSMP e OA

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO	ANÚNCIO COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO
900/XIV/2. ^a (CH)	Pela possibilidade de os licenciados em criminologia poderem concorrer às vagas de especialista de polícia judiciária para o laboratório de polícia científica Conexão com a 1.ª Comissão Comissão de Trabalho e Segurança Social - Comissão competente	03-02-2021	03-02-2021	Comunicado na reunião de 10-02-2021	

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 32/XIV/2.^a

922/XIV/2. ^a (IL)	Pela alteração das fichas de avaliação de risco para situações de violência doméstica	05-02-2021	05-02-2021	Comunicado na reunião de 10-02-2021	
---------------------------------	---	------------	------------	-------------------------------------	--

Não existindo iniciativas europeias para distribuir, nem tendo baixado projetos de voto à Comissão, passou-se para o ponto quinto da ordem do dia, tendo a Senhora Deputada Lina Lopes apresentado o Projeto de Voto de Saudação pelo Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina.

Na ausência da Senhora Deputada Elza Pais (PS), este ponto da ordem do dia foi suspenso.

Os trabalhos prosseguiram com a fixação da redação final, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, do texto final que regula as condições especiais em que a antecipação da morte medicamente assistida não é punível e procede à 50.ª alteração do Código Penal [Projetos de Lei n.ºs [4/XIV/1.ª \(BE\)](#), [67/XIV/1.ª \(PAN\)](#), [104/XIV/1.ª \(PS\)](#), [168/XIV/1.ª \(PEV\)](#) e [195/XIV/1.º \(IL\)](#)], tendo sido fixada por unanimidade, na ausência do CDS-PP e do Deputado único representante do CH, a [redação final](#) do texto, com a aceitação das sugestões de redação constantes da Informação n.º 17/DAPLEN/2021, de 8 de fevereiro, e as seguintes observações:

- no artigo 6.º, foi aceite a sugestão de aditamento de um inciso final ao n.º 2 e de supressão do n.º 5 (cujo conteúdo está já refletido no n.º 2), ficando o n.º 2 com a seguinte redação: *Se o médico especialista em psiquiatria confirmar qualquer uma das situações referidas no número anterior, o procedimento em curso é cancelado, sendo o doente informado dessa decisão e dos seus fundamentos, podendo o procedimento ser reiniciado com novo pedido de abertura, nos termos do artigo 3.º;*
- no n.º 1 do artigo 11.º, deve eliminar-se o inciso “*subjacente à decisão*”.

Voltando ao quinto ponto da ordem, os trabalhos prosseguiram, tendo intervindo, para além do Senhor Presidente, a Senhora Deputada Joana Sá Pereira (PS). O Projeto de Voto de Saudação pelo Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina foi adotado por unanimidade, na ausência do CDS-PP e do Deputado único representante do CH, tendo sido deliberado remetê-lo ao Presidente da Assembleia da

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 32/XIV/2.^a

República com a indicação de que fora elaborado pela Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação.

Passou-se, então, à discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição do Ministro da Administração Interna sobre a nomeação da ex-diretora do SEF, Cristina Gatões, para assessorar a reestruturação do regime dos vistos Gold e sobre o processo de reestruturação do SEF.

Para fazer a apresentação do requerimento, usou da palavra a Senhora Deputada Sandra Cunha (BE), tendo em seguida intervindo, para além do Senhor Presidente, as Senhoras e os Senhores Deputados José Magalhães (PS), Mónica Quintela (PSD), António Filipe (PCP), Sandra Cunha (BE), tendo sido requerido pela Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD) o adiamento da votação do requerimento para uma reunião posterior à audição regimental do Senhor Ministro da Administração Interna, que estava agendada para o dia 17 de fevereiro de 2021.

Os trabalhos continuaram com a discussão e votação do [requerimento](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição da Inspetora-Geral da Administração Interna, com o objetivo conhecer a sua posição acerca dos critérios para o exercício da ação disciplinar no âmbito da PSP.

Para fazer a apresentação do requerimento, usou da palavra o Senhor Deputado António Filipe (PCP), tendo em seguida intervindo, para além do Senhor Presidente, as Senhoras e os Senhores Deputados Susana Amador (PS), Joacine Katar Moreira (Ninsc) e António Filipe (PCP), tendo sido deliberado que, em caso de aprovação o requerimento seria remetido à Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação. O requerimento foi aprovado com os votos a favor do PSD, do BE, do PAN e da Deputada não inscrita e a abstenção do PS, na ausência do Deputado único representante do CH.

No sétimo ponto da ordem do dia, foi apreciada a admissibilidade da [Petição n.º 188/XIV/2.^a](#) - Solicitam a consagração legal da possibilidade de acesso à profissão de notário pelos licenciados em Solicitadoria, a qual foi admitida por unanimidade, na ausência do CDS-PP e do Deputado único representante do CH, tendo sido nomeada sua Relatora a Senhora Deputada Márcia Passos (PSD).

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 32/XIV/2.^a

No debate do oitavo ponto da ordem do dia, relativo à apreciação do projeto de resposta da Comissão à solicitação do Senhor Presidente da Assembleia da República no sentido de se aferir da possibilidade e do modo em que se pode processar o envolvimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na resposta da Assembleia da República ao Tribunal Constitucional no processo de fiscalização da constitucionalidade da Lei n.º 1/2021, de 11.1 - Primeira alteração à Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional, intervieram, para além do Senhor Presidente, as Senhoras e Senhores Deputados Isabel Rodrigues (PS), José Magalhães (PS) e Mónica Quintela (PSD).

O projeto de resposta foi aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP e do Deputado único representante do CH, e a abstenção dos Senhores Deputados José Magalhães (PS) e António Filipe (PCP) quanto à alternativa plasmada na alínea b) do ponto 4 do referido projeto de resposta.

No que respeitava aos outros assuntos, o Senhor Presidente deu nota de que fora remetido à Comissão um pedido de audiência da Comissão da Liberdade Religiosa, a propósito da proibição da realização de cerimónias de culto durante o estado de emergência, mas que, face à alteração das regras para realização destas cerimónias com a entrada em vigor do novo estado de emergência, o Presidente daquela entidade lhe transmitira que não haveria necessidade de realizar a audiência.

De igual modo, referiu que o Senhor Ministro da Administração Interna lhe solicitou que, estando agendada para 17 de fevereiro a sua segunda audiência regimental, a terceira audiência regimental pudesse ser agendada para depois do dia 23 de março, tendo o Senhor Ministro concordado com a realização da audiência regimental a 13 de abril, às 15 horas, conforme proposto pelo Senhor Presidente.

Mencionou também que o Parlamento Europeu transmitira que, no dia 4 de março, seria promovida pela Comissão para os Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros (FEMM), por ocasião da comemoração do Dia Internacional da Mulher, uma reunião interparlamentar subordinada ao tema “*Women’s empowerment and leadership in Covid times*”, devendo a Assembleia da República sinalizar, até ao dia 24 de fevereiro, 4 Deputados que pretendessem participar naquela iniciativa.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 32/XIV/2.^a

Teve início, pelas 12 horas e 00 minutos, a [audição](#), por videoconferência, a requerimento dos Grupos Parlamentares do [PSD](#) e do [BE](#), do Observatório Técnico Independente, através do seu Presidente, o Professor Francisco Castro Rego, para análise, acompanhamento e avaliação dos incêndios florestais e rurais que ocorram no território nacional, sobre o balanço das atividades realizadas pelo Observatório.

Após o Senhor Presidente explicar a metodologia segundo a qual iria decorrer a audição, teve lugar a intervenção do Senhor Deputado Duarte Marques, em representação do Grupo Parlamentar do PSD, para apresentação do requerimento.

O Senhor Presidente do Observatório Técnico Independente prestou os esclarecimentos solicitados pelo Grupo Parlamentar, tendo depois respondido no final ao conjunto das questões e comentários dos Senhores Deputados Francisco Pereira (PS) e Duarte Marques (PSD), Ricardo Vicente (BE), António Filipe (PCP) e Telmo Correia (CDS-PP).

A audição foi gravada em [áudio](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas e 15 minutos, dela se tendo lavrado a presente *ata*, a qual, depois de lida, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de fevereiro de 2021

O Presidente da Comissão



(Luís Marques Guedes)

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 32/XIV/2.^a

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Santos (PS)
Elza Pais (PS)
Francisco Pereira Oliveira (PS)
Isabel Alves Moreira (PS)
Isabel Rodrigues (PS)
Joana Sá Pereira (PS)
José Magalhães (PS)
Pedro Delgado Alves (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Romualda Fernandes (PS)
André Coelho Lima (PSD)
André Neves (PSD)
Artur Soveral Andrade (PSD)
Luís Marques Guedes (PSD)
Márcia Passos (PSD)
Mónica Quintela (PSD)
Sara Madruga Da Costa (PSD)
José Manuel Pureza (BE)
Sandra Cunha (BE)
António Filipe (PCP)
Telmo Correia (CDS-PP)
Inês De Sousa Real (PAN)
André Ventura (CH)
Jocine Katar Moreira (NINSC)
Constança Urbano De Sousa (PS)
Fernando Anastácio (PS)
Jorge Lação (PS)
Paulo Porto (PS)
Susana Amador (PS)
Carlos Peixoto (PSD)
Duarte Marques (PSD)
José Cancela Moura (PSD)
Lina Lopes (PSD)
Pedro Rodrigues (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 32/XIV/2.^a

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Sandra Pereira (PSD)